

TÁ NA LEI: 1% DA RECEITA É DA FAPEMIG

Estamos nos aproximando do momento em que deputadas e deputados da Assembleia Legislativa de Minas Gerais votarão o orçamento do nosso Estado para 2021. Há demandas essenciais a serem consideradas. Nesse manifesto, queremos destacar algo que está previsto na Constituição do Estado: **1% da receita orçamentária deve ser destinado à FAPEMIG**. A asfixia financeira provocada pelo sistema da dívida pública deve ser denunciada e combatida para que reivindicações fundamentais, como o fortalecimento da FAPEMIG, sejam atendidas pela Assembleia Legislativa e pelo Executivo mineiros.

A FAPEMIG vive uma crise sem precedentes, aprofundada a partir de 2019, com o corte de mais de 5 mil bolsas de iniciação científica. Nossa Fundação de fomento à pesquisa opera hoje com menos de 25% do orçamento com o qual operava em 2015. Programas de grande impacto para a formação de pesquisadoras, pesquisadores e consolidação da pesquisa em diversas áreas estratégicas, como meio ambiente, informática, metalurgia, humanidades, medicamentos e vacinas, foram interrompidos. São exemplos desses programas e editais: Jovens Pesquisadores, Primeiros Projetos, Pesquisador Mineiro, Edital Universal. Isso implica interrupção de pesquisas, desarticulação da rede de ciência e tecnologia que vinha se consolidando em nosso Estado e promovendo a melhoria da qualidade de vida de toda a população mineira bem como um modelo de desenvolvimento alternativo àquele centrado na exportação de minérios e de outros produtos primários.

Como disse uma companheira, lutadora do povo, “lutas para lutar são muitas”, lutas que se fazem dentro e contra um ordenamento jurídico que: (i) congela, por 20 anos, os gastos públicos com Saúde, Educação, Assistência Social, Ciência e Tecnologia, entre outras áreas diretamente ligadas às necessidades básicas do povo brasileiro (Emenda Constitucional 95); (ii) retira direitos, desregulamenta a relação entre trabalhador(a) e empregador e enfraquece a atuação dos sindicatos na defesa dos direitos trabalhistas (Reforma Trabalhista); (iii) reduz criminosamente a proteção social do Estado, criando barreiras intransponíveis para o acesso à aposentadoria e diminuindo significativamente os benefícios (Reforma da Previdência).

Ao aprovar esse ordenamento jurídico, a maioria do Congresso Nacional se mostra alheia às demandas dos trabalhadores, das trabalhadoras e da população socialmente vulnerabilizada, porém muito sintonizada com os interesses dos banqueiros e do capital financeiro. Porque, enquanto congela gastos sociais, suprime direitos trabalhistas, retira criminosamente a proteção social do Estado, perdoa dívidas dos bancos, ruralistas e de muitos empresários, autoriza que, em média, anualmente, 40% do orçamento executado pelo governo federal seja gasto para manter o sistema da dívida pública. Isso significa transferir para o mercado financeiro mais de 1 trilhão de reais por ano, recursos públicos que deveriam ser investidos na garantia do acesso de toda a população aos direitos sociais consagrados na Constituição. O ordenamento jurídico, contra o qual lutamos, existe para a manutenção do sistema da dívida pública, que asfixia financeiramente a União, os Estados da Federação e os Municípios. Lutamos muitas lutas porque esse quadro é gerador de muitas crises: desemprego e informalidade; aumento da fome, da pobreza, da população com trajetória de rua; sucateamento da Educação Pública, do Sistema Único de Saúde, da Assistência Social e do Sistema de Ciência e Tecnologia.

A ciência é uma construção coletiva. A produção de vacina contra a COVID 19 mostra a importância da internacionalização da pesquisa e das parcerias entre pesquisadoras e pesquisadores de diferentes países. Essa condição tem sido retirada na medida em que a FAPEMIG não tem apoiado a participação em eventos no exterior. O corte profundo de bolsas de iniciação científica e a interrupção de programas, como ‘Jovem Pesquisador’ e ‘Primeiros

Projetos', comprometerão a formação de toda uma geração de pesquisadoras e pesquisadores, fator essencial para a inovação tecnológica e o avanço do conhecimento científico. Os(As) egressos(as) dos Programas de Pós-Graduação estão deixando o nosso Estado para continuar sua formação e atuar na pesquisa, em busca de oportunidades que deixaram de existir em Minas, nos últimos anos.

Temos *campi* de Universidades Estaduais e Federais, Institutos Federais e CEFET distribuídos em 110 municípios de Minas Gerais. Essas Instituições Públicas de Ensino, Pesquisa e Extensão constituem pólos de desenvolvimento regional que, para continuar cumprindo esse papel, precisam de recursos, entre eles, o financiamento que cabe à FAPEMIG fazer. Para superar as muitas crises que enfrentamos, é preciso investir no Sistema Único de Saúde, na Educação Pública, em Ciência e Pesquisa. É preciso rever profundamente a lógica de elaboração do orçamento. Isso significa interromper a vultosa transferência de recursos públicos para o mercado financeiro por meio do sistema da dívida pública. Ao fazê-lo abre-se caminho para os necessários investimentos de modo a garantir o acesso aos direitos sociais previstos na Constituição. Criam-se as condições para se cumprir o que prevê a Constituição Estadual: **1% DA RECEITA É DA FAPEMIG!**

Em defesa da FAPEMIG e se comprometendo com mais essa luta para lutar em uma grande unidade, assinam este manifesto os sindicatos de trabalhadoras e trabalhadores que atuam nas diferentes Instituições de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais.

Estamos todos juntos e mobilizando nossos e nossas colegas para essa luta!

